



SOCIEDADE PORTUGUESA  
**DIABETOLOGIA**  
PORTUGUESE  
SOCIETY OF DIABETOLOGY

## **POLÍTICA DE PRIVACIDADE**

### **Índice**

1. Introdução .....	2
2. Identificação do Responsável pelo Tratamento .....	2
3. Categorias de Dados Pessoais .....	2
4. Origem dos dados pessoais .....	3
5. Finalidades do Tratamento dos Dados Pessoais, Fundamento Jurídico para o Tratamento e Prazos de Conservação .....	3
6. Decisões automáticas (“Profiling”) .....	4
7. Categorias de Destinatários dos Dados Pessoais .....	5
8. Transferência de Dados Pessoais para outros Países .....	5
9. Direitos dos Titulares dos Dados Pessoais .....	5
10. Contacte-nos ! .....	9
11. Alterações à Política de Privacidade .....	9



## 1. INTRODUÇÃO

A presente Política de Privacidade descreve as orientações e princípios adotados pela SOCIEDADE PORTUGUESA DE DIABETOLOGIA (SPD), constituída por escritura pública no Cartório Notarial de Soure no dia 13 de Outubro de 1987, associação científica de direito privado e sem fins lucrativos com sede estatutária em Lisboa, na Rua do Salitre, n.º 149 - 3.º esq., freguesia de Santo António, concelho de Lisboa, 1250-198 Lisboa (doravante apenas “**SPD**”) para assegurar a proteção dos titulares de dados pessoais, estabelecendo diretrizes relativas aos direitos dos titulares e ao tratamento e livre circulação dos dados pessoais.

No decorrer da sua atividade a SPD recolhe e processa dados pessoais de vários titulares, incluindo:

- Pessoas singulares associadas da SPD (Associados);
  - Pessoas singulares candidatas a bolsas e pessoas singulares selecionadas para integrarem bolsas promovidas pela SPD (Bolseiros);
- (conjuntamente designados, para efeitos da presente política, por “titulares dos dados”),

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

É considerado “Responsável pelo Tratamento”, ou seja, a pessoa que determina as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais dos titulares dos dados, a SPD.

## 3. CATEGORIAS DE DADOS PESSOAIS

A SPD pode proceder ao tratamento de dados pessoais integrados nas seguintes categorias:

- Dados de Identificação, tais como, género, profissão, nome, idade ou data de nascimento, número de cartão de cidadão, número de contribuinte, número de contribuinte estrangeiro se aplicável, número de passaporte e validade;
- Dados profissionais e académicos, tais como, entidade empregadora, local de trabalho, profissão;



- Dados de Contacto, tais como, morada, endereço de email, contactos de telefone e telemóvel, entre outros;
- Dados de identificação de conta bancária, tais como, dados sobre a conta bancária, incluindo IBAN, entre outros.

#### **4. ORIGEM DOS DADOS PESSOAIS**

Os dados pessoais que a SPD trata são dados maioritariamente fornecidos pelos titulares dos dados aquando do primeiro contacto e enquanto os titulares dos dados mantêm uma relação com a SPD.

A SPD recolhe dados pessoais em vários momentos e através de vários canais de comunicação, incluindo presencial, telefone, e-mail, formulários em papel e carta postal.

#### **5. FINALIDADES DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS, FUNDAMENTO JURÍDICO PARA O TRATAMENTO E PRAZOS DE CONSERVAÇÃO**

A SPD trata os dados pessoais dos titulares dos dados por diversos motivos, justificados pelas leis de proteção de dados aplicáveis na União Europeia e em Portugal.

A SPD trata os dados pessoais dos seus clientes para as seguintes finalidades e com base nos seguintes fundamentos jurídicos:



Categorias de Dados	Finalidades	Fundamento Jurídico
<b>Dados de Identificação</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Processamento da inscrição do Associado na SPD;</li></ul>	
<b>Dados de Contacto</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Proporcionar ao Associado o pleno exercício dos direitos de que é titular na SPD e cumprimento dos deveres a que se encontra adstrito, enquanto associado, previstos nos Estatutos;</li><li>• Outras finalidades, relacionadas com a preservação e benefício do estatuto de Associado, tais como, envio de newsletters e revistas, informação e convocatórias para eventos, etc.</li></ul>	Execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados
<b>Dados de identificação de conta bancária</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apreciação de candidaturas a bolsas (candidatos) e, ainda, no caso dos candidatos selecionados (bolseiros), o cumprimento dos deveres e exercício dos direitos previstos no “contrato de bolsa” (pagamento da bolsa, apreciação e avaliação de relatórios e informações).</li></ul>	

Os dados pessoais dos titulares dos dados são conservados ao longo da duração da relação estabelecida com a SPD e até 10 (dez) anos desde o fim dessa relação, sendo que em algumas situações o prazo de conservação pode ser superior, caso em que esse alargamento será legalmente justificado e sustentado.

## 6. DECISÕES AUTOMÁTICAS (“PROFILING”)

A SPD não recorre a tecnologias para tomar decisões exclusivamente com base no tratamento automatizado dos dados dos titulares dos dados.



## 7. CATEGORIAS DE DESTINATÁRIOS DOS DADOS PESSOAIS

A SPD pode partilhar os dados pessoais dos titulares dos dados com entidades prestadoras de serviços à SPD e que no âmbito da prestação desses serviços possam proceder ao tratamento de dados pessoais por conta e mediante instruções da SPD. A SPD pode ainda partilhar os seus dados pessoais com autoridades públicas em cumprimento de obrigações jurídicas.

É o caso, por exemplo, das entidades contratadas para a edição e divulgação, junto dos Associados, da “Revista Portuguesa de Diabetes” e da “The Lancet – Diabetes & Endocrinology” e, ainda, entidades prestadoras de serviços de organização de eventos.

Nas transmissões de dados pessoais aos seus prestadores de serviços, a SPD garante que a entidade subcontratante está vinculada por um acordo de subcontratação que a obrigue ao tratamento dos dados pessoais em cumprimento da legislação em matéria de protecção de dados pessoais.

A SPD pode ainda partilhar os dados pessoais dos titulares dos dados com terceiras entidades (i) em virtude de exigência ou de notificação judicial para o efeito, desde que devidamente fundamentada e legalmente sustentada; (ii) no caso de solicitação por parte de uma autoridade pública, desde que devidamente fundamentada e legalmente sustentada; (iii) na sequência de pedido expresso por parte dos titulares dos dados relativamente aos dados de que sejam titulares, no exercício dos seus direitos, em particular, o direito de portabilidade.

## 8. TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS PARA OUTROS PAÍSES

A SPD não transfere, actualmente, os dados pessoais dos titulares dos dados para entidades sediadas fora de Portugal.

## 9. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS

Como expressão do compromisso relativamente à garantia da privacidade dos titulares dos dados, a SPD garante, em conformidade com a legislação nacional e comunitária



aplicável, um conjunto alargado de direitos que podem ser exercidos nos seguintes termos:

- **Direito de Acesso**

Os titulares dos dados podem, a todo o tempo, contactar a SPD e requerer confirmação de que os seus dados pessoais são objecto de tratamento e, em caso afirmativo, de serem informados relativamente: (i) às categorias de dados pessoais em questão; (ii) às finalidades do tratamento dos seus dados; (iii) ao respectivo prazo de conservação ou critérios utilizados para o fixar; (iv) aos direitos que lhes assistem e à forma de os exercer; (v) à origem dos dados que lhe digam respeito; (vi) à existência de decisões automatizadas, incluindo a definição de perfis.

A SPD apenas poderá fornecer as informações dos titulares dos dados e não dados pessoais sobre outras pessoas. Além disso, caso o acesso possa afetar negativamente os direitos de outra pessoa, poderá não nos ser possível fornecê-los.

Se o titular dos dados o solicitar, a SPD enviará uma cópia dos seus dados pessoais em fase de tratamento, em formato eletrónico. Caso sejam solicitadas outras cópias, a SPD reserva o direito de poder exigir o pagamento de uma taxa equivalente aos custos administrativos incorridos para satisfazer o pedido.

- **Direito ao Apagamento**

Também conhecido como “o direito ao esquecimento”, permite ao titular dos dados solicitar a eliminação ou remoção dos seus dados pessoais quando não exista nenhum motivo imperioso para a SPD continuar a utilizá-los. O direito ao apagamento não é absoluto pois a SPD poderá ter o direito ou a obrigação de reter as informações, como acontece, por exemplo, quando estiver sujeita a uma obrigação jurídica ou tiver outro motivo válido para as reter.



- **Direito de Rectificação**

Sempre que verifiquem que os dados pessoais objecto de tratamento estão desactualizados, incompletos ou incorrectos, os titulares dos dados poderão solicitar à SPD a sua rectificação no mais curto prazo de tempo possível.

- **Direito de Portabilidade**

Os titulares dos dados têm ainda os direitos de: (i) receber da SPD os dados pessoais que lhe digam respeito, num formato de uso corrente e leitura automática; (ii) de transmitir esses dados a terceiros alheios à SPD, sob sua exclusiva responsabilidade; e/ou (iii) de solicitar à SPD que transmita aqueles dados a terceiros. O direito à portabilidade cobre apenas os dados para os quais o titular deu consentimento para serem tratados, dados referentes a um contrato no qual o titular é parte ou se o tratamento for realizado por meios automatizados.

A SPD reserva o direito de recusar pedidos de portabilidade sempre que estes prejudiquem os direitos e as liberdades de terceiros, ou entrem em conflito com algum requisito legal.

- **Direito à limitação do tratamento**

Em determinadas situações, o titular dos dados tem o direito de “bloquear” ou de suprimir a utilização continuada das informações dos titulares dos dados. Quando o tratamento é limitado, a SPD continua a poder conservar as informações dos titulares dos dados, mas não pode continuar a utilizá-las.

O titular dos dados pode solicitar a limitação do tratamento dos seus dados por tempo indeterminado, quando pretender suspender o tratamento, mas conservar os seus dados. Esta situação pode verificar-se quando:

- (i) o titular dos dados conteste a exatidão dos dados, sendo o tratamento limitado durante um período de tempo que permita à SPD verificar a exatidão dos mesmos, ou
- (ii) o titular dos dados aguarda a resposta a um pedido de oposição ao tratamento.



Quando um tratamento é limitado, os dados pessoais só serão novamente tratados se o titular dos dados der o seu consentimento, salvo tratamentos específicos contemplados na lei. A SPD garante que o titular dos dados que solicitou a limitação dos seus dados é informado antes de ser anulada a limitação ao referido tratamento. A SPD reserva o direito de limitar o tratamento de dados dos titulares quando não necessite deste, comprometendo-se a conservar os dados pelo período de retenção pré-estabelecido. A SPD garante que o titular dos dados que solicitou a limitação dos seus dados é informado antes da respectiva anulação.

- **Direito à oposição**

A SPD assegura os meios necessários para que o titular dos dados possa opor-se a determinados tratamentos de dados pessoais para determinadas finalidades, sem prejuízo de diretivas ou leis em vigor.

O titular dos dados pode opor-se ao tratamento nas seguintes circunstâncias:

- por motivos relacionados com a sua situação particular, a qualquer momento, opondo-se ao tratamento de quaisquer dados pessoais relativos a si baseados em interesses legítimos. Porém, a SPD poderá continuar a tratar os dados do titular dos dados se conseguir demonstrar motivos legítimos imperiosos para o tratamento dos dados pessoais que se sobreponham aos interesses, direitos e liberdades do titular dos dados, ou se necessitar dos dados pessoais para estabelecer, exercer ou defender-se em processos judiciais;
- Pode opor-se a qualquer momento à utilização dos seus dados pessoais para efeitos de marketing direto (incluindo criação de perfis relacionados com esse marketing direto) através do e-mail [diabetes@spd.pt](mailto:diabetes@spd.pt).

- **Direito de Reclamação**

Não obstante a SPD adoptar as melhores práticas em matéria de protecção de dados pessoais, é conferido aos titulares dos dados o direito de apresentar reclamação à Comissão Nacional de Protecção de Dados (<https://www.cnpd.pt>) relativamente ao tratamento dos dados realizado pela SPD, por qualquer das vias permitidas pela referida Autoridade de Controlo.



Os direitos previstos e descritos nesta Política e, bem assim, outros direitos legalmente previstos na legislação relevante em vigor podem ser livremente exercidos contactando a SPD para o e-mail [diabetes@spd.pt](mailto:diabetes@spd.pt).

#### **10. CONTACTE-NOS !**

Para quaisquer questões relativas ao tratamento dos seus dados, por favor contacte-nos para [diabetes@spd.pt](mailto:diabetes@spd.pt).

Contacte-nos também, sem hesitação, se estiver insatisfeito com algum aspeto relativo à forma como recolhemos, partilhamos ou utilizamos os seus dados pessoais.

#### **11. ALTERAÇÕES À POLÍTICA DE PRIVACIDADE**

A SPD poderá alterar ou actualizar a presente Política de Privacidade em função de novas exigências legais ou regulamentares, bem como na sequência de melhorias da qualidade dos seus serviços e desenvolvimento do nosso compromisso em matéria de protecção de dados pessoais. Quaisquer alterações à presente Política de Privacidade serão devidamente publicitadas nos diversos canais de comunicação da SPD.